

Problema com bancos impede Pastore de concluir renegociação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A crise de liquidez dos bancos Sulbrasileiro e Habitasul impede o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, de programar a viagem a Nova York para concluir a renegociação plurianual da dívida externa do País. O Banco Central reiterou ontem que a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) não comunicou o dia da chegada ao Brasil, embora descarte a possibilidade de isso ocorrer neste final de semana. Antes mesmo, o BC anunciou pequenas mudanças na sétima carta de intenções do País ao FMI.

Mesmo com a revisão, os números do memorando técnico de entendimento da sétima carta estão superados pela realidade devido ao desvio apresentado. Para as metas de base monetária — emissão primária de moeda — o Banco Central manteve o saldo de Cr\$ 10,15 trilhões para dezembro, embora já tenha anunciado o fechamento do ano em Cr\$ 15,2 trilhões. A revisão aconteceu na meta prevista para o final deste trimestre, com a correção de Cr\$ 9,46 trilhões para Cr\$ 9,64 trilhões, o que corresponde à projeção de corte líquido de 5% no saldo da base monetária.

Nos meios de pagamento — papel-moeda em poder do público e mais depósitos à vista no Banco do

Brasil e nos bancos comerciais — o Banco Central retificou o saldo de dezembro último de Cr\$ 21,68 trilhões para Cr\$ 20,4 trilhões e a meta para o final de março de Cr\$ 19,87 trilhões para Cr\$ 19,56 trilhões, dentro da estimativa de contração de 4,1% ao longo do primeiro trimestre. Em dezembro de 1984, o saldo dos meios de pagamento já estava em Cr\$ 25,1 trilhões, com base nos dados de final de mês, e Cr\$ 22,3 trilhões, na média dos saldos diários.

Para efeito de cumprimento das metas do primeiro trimestre, prevalecem as exigências de contração de 5% da base monetária e de 4,1% dos meios de pagamento. O memorando da carta de intenções já leva em conta o novo conceito de base monetária, com a exclusão dos depósitos à vista do Banco do Brasil e inclusão do recolhimento compulsório sobre os mesmos depósitos.

O desvio nas metas de final de 1984 da base monetária e dos meios de pagamento exigirá apenas um novo pedido de **waiver** ao FMI. Mas o estouro no teto do déficit público nominal decorrente do desvio inflacionário obrigará a uma nova carta ou pelo menos a um adendo à sétima carta, a ser examinada pelo **board** do FMI em março. O Banco Central assegurou que os demais critérios ficaram dentro das metas, ao final de 1984.